



**XIX** encontro nacional  
de pesquisa em  
ciência da informação  
ENANCIB

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS  
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO. //

**22-26**  
**OUTUBRO**  
**2018**  
LONDRINA/PR



## **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**

### **GT-3 –Mediação, Circulação e Uso da Informação**

#### **A CONSTRUÇÃO DE UMA ORDEM CULTURAL NEGOCIADA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONFLITO E A ATENÇÃO NA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

**Amanda Leal de Oliveira (Universidade de São Paulo)**

#### ***THE CONSTRUCTION OF A NEGOTIATED CULTURAL ORDER: CONSIDERATIONS ABOUT THE CONFLICT AND THE ATTENTION IN THE MEDIATION OF INFORMATION***

#### **Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo contribuir para o aprofundamento e difusão do conceito de “negociação cultural”, compreendido como categoria teórico-metodológica orientadora de processos de mediação voltados à apropriação da informação. Para enfrentar conflitos provocados pela divergência e/ou assimetrias entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades, tem-se revelado fundamental, especialmente para a área da Ciência da Informação, aprofundar-se na compreensão do conceito de “mediação cultural”, que, cada vez mais, não se resume a simples recurso de transferência de dados/informações, mas é definido em relação à atenção às diferentes esferas da produção e recepção. Essa abordagem pretende inserir no campo científico nacional a problemática da “negociação cultural”, conceito que vem contribuindo diretamente com processos teóricos e desafios práticos da produção, mediação e apropriação da informação, conhecimento e cultura, nos diferentes contextos do Brasil.

**Palavras-Chave:** Mediação; Apropriação; Negociação cultural; Protagonismo cultural.

**Abstract:** This article aims to contribute to the deepening and diffusion of the concept of "cultural negotiation", understood as a theoretical-methodological category guiding mediation processes aimed at the appropriation of information. In order to face conflicts caused by the divergence and / or asymmetries between the different socio-cultural groups in our societies, it has proved fundamental, especially for the area of Information Science, to deepen the understanding of the concept of "cultural mediation", which, each is not simply a resource for data / information transfer, but rather it is defined in relation to the attention of different spheres of information production and reception. This approach inserts in the national scientific field the problem of "cultural negotiation", a concept that is contributing directly to theoretical processes and practical challenges aimed at the production,

mediations and appropriation of information, knowledge and culture in the different contexts from Brazil.

**Keywords:** Mediation; Appropriation; Cultural negotiation; Cultural protagonism.

## Introdução

Ao pensarmos especificamente no campo da Ciência da Informação, seus dispositivos e profissionais, vem ao centro os desafios da mediação em contextos diversos e dinâmicos e, com eles, pretendemos, com esse artigo, trazer a importância de espaços onde a diferença, a divergência possa ser colocada, reconhecida, explicitada, ou seja “publicada” no sentido de tornar-se “pública” e, por que não, desse conflito de concepções construa-se a experiência cultural da convivência – que se constrói, a nosso ver, *no* e *do* encontro e confronto entre seres humanos e seus modos de entender a vida.

Desde 1999, atuamos em organizações não-governamentais e públicas, procurando criar situações de encontros prazerosos entre as pessoas e a literatura, sem as exigências de apreensão obrigatória de conteúdos predeterminados, de alfabetização e avaliação que, com frequência, marcam a relação entre pessoas e livros.

A experiência profissional no campo da “mediação de leitura” dizia-nos que as ações e concepções implicadas nessa prática atrelavam-se principalmente à ideia de que mediar é *transmitir* algo para o outro, *construindo pontes* entre as pessoas e algo ou alguém que lhes é estranho: atuávamos na mediação entre a literatura e jovens, professores, educadores sociais, estudantes, procurando *transmitir* o prazer que a leitura de um texto poderia proporcionar.

A partir da realização da dissertação de mestrado, defendida em 2009, procuramos aprofundar as discussões sobre dispositivos dialógicos de mediação cultural (FOUCAULT, 1984; PIERUCCINI, 2004) visando à sua apropriação (CHARTIER, DEL PRIORI, 1999; CERTEAU, 1994; SERFATY-GARZON, 2003; BUTLEN, 2008) e não à sua “assimilação” pelos diferentes públicos.

A continuidade dos trabalhos de pesquisa levou-nos, a partir de 2010, ao processo de doutoramento (2010-2014), e também na França<sup>1</sup>, onde realizamos um estágio de 12 meses. Acompanhamos por dez meses o trabalho cotidiano da biblioteca pública francesa “Louise Michel”, localizada em um bairro popular de Paris, com forte incidência de imigrantes.

---

<sup>1</sup> Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), 2012.

Observávamos os desafios da mediação para apropriação da cultura escrita, pois, novamente, essa se colocava como experiência fragmentada da vida cotidiana e da memória cultural dos imigrantes e mais, experiência que impõe habilidades, competências, atitudes, concepções e valores ligados a grupos específicos e socialmente hegemônicos, sem considerar outros sujeitos e outras modalidades culturais.

Existiria, assim – esse é o pressuposto de nossas pesquisas - uma diferença crucial entre o conceito e a prática da mediação cultural que intervém para *promover* a cultura escrita e *assimilar* populações afastadas dessa modalidade em um circuito consagrado e, por outro lado, uma intervenção no sentido de *criar condições de interlocuções diversas* entre diferentes leitores e leituras, entre realidades sociais, culturais e pessoais diversas e dinâmicas.

Nesse sentido, parece-nos que não é possível desconsiderar os conflitos provocados pela divergência e/ou assimetrias entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e os processos de acesso, mediação e apropriação da informação contemporâneos, e torna-se fundamental, especialmente à área da Ciência da Informação, aprofundar-se na compreensão do conceito de mediação cultural e, especialmente, de “negociação cultural”, no sentido de favorecer a construção de dispositivos que enfrentem os desafios da informação atuais, voltados à construção de uma sociedade mais democrática, plural, que articule políticas de direitos à apropriação cultural.

## **1 A vida em sociedade e o conflito**

A vida humana se dá no “mundo”, no espaço público e este é o “lugar das diferenças” (ARENDT, 1999), marcado, naturalmente, por tensões de vários tipos. Ao observar a sociedade em suas diferentes “camadas” o conflito emerge como parte constitutiva da exposição de opiniões, de interesses, ações ou intenções que, queiramos ou não, tornam-se, em algum ponto, incompatíveis.

Entretanto, quando falamos de conflito, estamos distinguindo-o de violência – esta seria, talvez, a pior resposta ao conflito. O conflito é, muito antes, a explicitação de posições que se verificam divergentes e, justamente por isso, pode ser gerador de novas e diferentes relações sociais, evitando-se, por exemplo, a ruptura e a indiferença, situações, essas sim, que podem levar à violência (BOUBON; BOURRICAUD, 2007).

Essa noção, defendida por sociólogos como o alemão Simmel (1977), no começo do século XX, já rompia com a concepção essencialmente negativa do conflito para dar a ele sua

dimensão mobilizadora de relações: o conflito, constituído e administrado em um espaço social, permite às partes (mesmo que ásperas e díspares) se encontrarem em um ato de *reconhecimento* do outro.

A sociedade, para Simmel, existe como resultado de categorias de ações recíprocas, que comportam o conflito assim como também, por exemplo, a gratidão (COHN, 1998) e que são, ao mesmo tempo, constituidoras e constituintes da trama das relações sociais. O conflito adquiriria, assim, até um significado funcional, pois permite e possibilita relações, dando vida à convivência da e na coletividade, a qual, de outra forma, estaria condenada à segregação ou às “reações ao intolerável”.

É também nesse viés político e promissor que o educador Paulo resume a importância do conflito na educação quando fala daquilo que “une anúncio e denúncia.” Gadotti, Freire e Guimarães (1995) defendem o que nomeiam de “pedagogia do conflito”, valorizando a *dimensão dialógica* que essa experiência contempla, dando importância aos enfrentamentos, às contradições e às divergências nos quais os processos de ensino e aprendizagem estão implicados.

Gadotti, Freire e Guimarães (1995) e Freire (1982) diferenciam conflito de “acobertamento” e, também, do antagonismo. Nesses dois casos, inexistem interação e diálogo. Para os autores, o conflito é, portanto, um dos princípios e pilares da experiência humana, do “viver junto” e da democracia.

Ao propomos uma reflexão sobre o conflito, sem escondê-lo ou negá-lo, estamos evidenciando que, aproveitando-se deste, é possível a construção de experiências significativas que se dão no encontro entre diversidades, modos de se expressar, de compreender seu mundo, seu corpo, textos e contextos.

Ao não nos centramos somente no “entendimento” - na aceitação, conciliação, adaptação – e sim na divergência, na possibilidade de exposição das diferenças, é que emerge nosso interesse pelo campo de estudo da *negociação* – conceito teórico e ferramenta prática para lidar com conflitos da vida em sociedade.

## **2 A apropriação da informação escrita como experiência de conflito e negociação**

A língua escrita, tal como a conhecemos, chegou e desenvolveu-se, no Brasil, nos quadros da colonização. Aportou, portanto, ligada a uma nova ordem política e social, definida e a ser implantada pelo colonizador. Nesse sentido, serviu como instrumento de poder, de

dominação e discriminação de tudo e de todos que estivessem “fora da ordem”. E foi assim que, após a chegada às novas terras, a metrópole passa a controlar severamente a escrita e suas instituições, tratando-as como bem a ser partilhado apenas entre estreitos segmentos locais, tendo em vista os interesses da colonização.

Desse modo, a cultura escrita está, entre nós, ligada à longa tradição de controle, de difusão vigiada, censurada, “outorgada” a parcelas restritas da população e, mesmo assim, com vista a integrá-la à cultura do outro – no caso, à cultura oficial da metrópole. Não espanta, pois, que o acesso ao mundo letrado tenha permanecido como prerrogativa de nossas elites dirigentes, e só no decorrer do último século tal situação tenha sofrido alterações importantes, sem, contudo, reverter estrutural e organicamente a ordem que foi se estabelecendo durante a colonização.

Se a escrita contém em germe o poder de oferecer brechas a quem dela se apropria – e a história colonial e posterior brasileira mostra diferentes exemplos nesse sentido –, reconhecemos, no entanto, até hoje, os ecos dessa história de controle e expropriação ligada à cultura escrita. Quando olhamos a realidade ao redor e vemos os resultados de avaliações sobre os usos dos códigos escritos no país, deparamo-nos com pessoas que, passados 500 anos da chegada dos colonizadores ao Brasil, continuam sem direito de acesso à cultura escrita, sem conhecê-la ou com domínio apenas elementar dos códigos que a constituem, pessoas que se sentem indignas por não pertencerem ao universo simbólico reservado àqueles tidos como “superiores”, “mais inteligentes”. Da mesma forma, observamos instituições, projetos e ações que insistem em “outorgar”, “distribuir cultura”, como se a apropriação da cultura escrita pudesse se dar independentemente das estruturas concretas que lhe dão existência, conforme nos alertou Escarpit (1975), há quase 50 anos.

Ainda atualmente, não é raro reconhecer ações educacionais e culturais que hierarquizam formas de expressão cultural, assim como tipos de leitura e de leitores, tratando a singularidade própria a cada um como obstáculo e não como objetivação de diferenças sempre existentes e que animam a vida sociocultural. É comum, assim, por exemplo, a existência de projetos que valorizam o estabelecimento de vínculos imediatistas dos sujeitos com a escrita ou que operam no sentido da assimilação de seus conteúdos e não da apropriação cultural. Como resultado, desencadeiam ações e mediações que visam, em atitude mais publicitária do que educacional ou propriamente cultural, “promover” a leitura, tratando-a como “produto” a ser incorporado pelos sujeitos, tal como os hábitos de consumo.

Deixam, com isso, de lado a reflexão e análise dessa problemática, condição indispensável quando se tem em vista uma inserção afirmativa dos sujeitos na cultura.

Nesse sentido, observamos que, em especial no Brasil – embora não exclusivamente aqui –, raramente são feitas distinções substanciais entre os modos de compreender e de mediar a cultura escrita e entre os diferentes modos de sua recepção, tratando-se processos educacionais e culturais complexos de forma padronizada, homogeneizadora, inconsistente. Desse modo, muitas vezes, os leitores são compreendidos como massa indiferenciada, sem distinções e singularidades, tal como destinatários de signos que devem ser assimilados ou consumidos passivamente. É com essa concepção – e suas inúmeras variações restritas aos “acessórios”, mas não às rupturas conceitual e metodológica – que muitas escolas, bibliotecas e outras instituições sociais organizam ainda programas, projetos e práticas, apesar dos tempos de profundas mudanças que estamos vivendo e, principalmente, de desejos históricos de expressão e participação na cultura escrita por parte de populações dela historicamente excluídas.

Tendo em vista outros percursos demandados não pelos processos de assimilação, mas pelos de apropriação cultural, em que os sujeitos são partes vivas, ativas e afirmativas dentro da ordem cultural a que pertencem, parece-nos fundamental reconhecer as diferentes direções das mediações culturais, seus diferentes paradigmas. Examinar, por exemplo, se observam ou não diferenças existentes entre os leitores, se buscam ou não reconhecimento e vinculações com o outro e suas singularidades, se compreendem ou não que os processos de apropriação da cultura escrita implicam negociações indispensáveis, envolvendo os sujeitos e os meios socioculturais em que tais processos ocorrem.

Observamos como processos de apropriação e construção de significados são de mão dupla, envolvem sujeitos, textos e contextos que, ao entrarem em contato uns com os outros, também imprimem neles suas marcas, resignificando-os, inventando-os, reinventando-os. No confronto entre leitores, com os textos e seus contextos (da escrita e dos leitores), a apropriação, ao contrário da assimilação, implica atuação, intervenção e, principalmente, negociações.

O conceito de *negociação cultural*, tal como temos procurado evidenciar em nossas pesquisas, revela uma dimensão *operatória* capaz de lidar com situações concretas e simbólicas de conflito, ao mesmo tempo em que parece apontar caminhos promissores, tendo

em vista uma sociedade multifacetada, “polifônica”, para usarmos a terminologia devida a Bakhtin. Nesse sentido, a negociação refere-se, também, a um *valor* que, além de competências e procedimentos, demanda atitudes, modos de ser e de se relacionar.

Exemplos estudados indicam que, especialmente na contemporaneidade, as identidades se movem em múltiplos planos, se articulam a redes diversificadas, não são estanques, homogêneas, nem se desenvolvem de modo unidirecional. Assim, poderíamos dizer que não há “leitores puros” (“prontos”, “cosmopolitas”, “conectados”) e do outro lado, “não leitores puros” (“engessados intelectualmente” “provincianos”, “ignorantes”). Do mesmo modo, saímos da polaridade autorreferida entre texto e leitor (quem define os sentidos?) para considerar que a significação se dá no confronto do leitor com os textos e com os contextos. Assim, no jogo (dinâmico) que se instaura da relação entre essa tríade, podem ser vislumbradas identidades e sociabilidades abertas, em que cada um pode encontrar seu lugar – e mais – recriá-lo e transformá-lo (a si e à escrita).

Dessa forma, deixando o modelo binário que estabelece conexões diretas entre produção e recepção, assumimos o modelo triangular que considera um terceiro elemento nos processos de comunicação e cultura: a mediação. Seguindo os passos dessa abordagem triangular, passamos a percorrer um caminho em que produção, recepção e mediação – textos/autores, leitores e contextos – constroem-se e desconstroem-se uns aos outros, dinamicamente, em movimentos permanentes de produção de sentidos. Por meio do texto, o leitor desloca a obra do escritor, o escritor desloca o leitor e o contexto possibilita e contribui, para mais ou para menos, para a geração desses deslocamentos, dependendo das dinâmicas e situações concretas que envolvem os jogadores e os escritos.

Nesse sentido, é possível afirmar como a apropriação da cultura escrita vai se dando “tecida” por meio de *negociações* entre leitores, textos, seus diferentes suportes e sentidos, e a trama das mediações em sua diversidade e dinamicidade. A apropriação da cultura escrita é também uma experiência “entre”, que se dá tanto na cooperação como no conflito, na exposição – e mesmo no silêncio atento – em face das divergências e convergências, mobilizadoras dos processos de significações.

Tal como os textos e os leitores, a mediação – os mediadores e seus modos de atuar – é, em decorrência, como pudemos observar nos dispositivos estudados, instância fundamental nesse processo, não só ao estabelecer pontes entre essas vozes diferentes, ao

*interferir* (Almeida Jr., 2009) nessas comunicações, mas ao reinventar e criar possibilidades de diálogos de sujeitos consigo mesmos e entre si, e deles com o conhecimento e a cultura.

### **3 A mediação e a *atenção***

Ao contrário de impor uma ordem estabelecida, a mediação deixa um espaço de reconhecimento e invenção “entre” nós e o outro, ou seja, uma margem para *deslocamentos que permitem o encontro*. Com isso, possibilita a criação de um ângulo para que nos olhemos, eu e o outro. Tal *locus* permite que surja um espaço de reconhecimento mútuo, constituído a partir do que possuímos em comum – nossa condição humana, vivendo um mesmo tempo e dividindo o mesmo ambiente.

Se havia inicialmente uma tensão, um conflito entre experiências culturais distintas, a atitude da mediadora não é, em situação, nem apressada, nem coercitiva ou impositiva. Ao contrário, cria condições para que diferentes vozes – a minha, a dela, dos outros, o de autores que se encontram inscritos nos documentos – ecoem em diferentes direções e diapasões, criando vinculações.

Cada um de nós, nas diferenças que nos caracterizam, somos, nessa situação, reconhecido como portadores de histórias singulares que podem ser narradas ou caladas, vividas ou inventadas, mas que significam elos de tramas que foram e estão sendo tecidas e nos tecem. Somos, assim, objetos de discurso *autorizado*, mas que, ao mesmo tempo, nos coloca em condições de *autoria*: nossas vozes, mesmo se balbuciantes, ecoam, vibram, significam.

O reconhecimento de singularidades, ao mesmo tempo em que da existência de uma “escala referencial comum” (MUSSI, 2012) – “somos membros da espécie planetária” (MORIN, 2007) –, permite, pois, que fique visível que a experiência de apropriação cultural, que, tal como no desenho do movimento de um pêndulo, se constrói em relações dinâmicas e contínuas entre as esferas dos bens culturais, das suas mediações e da recepção. Na construção desse desenho, todos os participantes estão operando negociações entre reconhecimentos e estranhamentos, entre a memória e o novo, o que está pronto e o que está por vir.

O modo como a escritora e filósofa Simone Weil (1950), retomada por Bosi (1993; 2003) e Gonçalves Filho (2008), avalia a experiência da atenção nos ilumina nessa compreensão. Segundo tais autores, a atenção é mais do que percepção, “é percepção sem

pressa”. Percepção por muitos perfis e que “pede deslocamentos ao redor da coisa”. A atenção é delicadeza, “não arromba, não invade”. “*A atenção tem os dedos leves, escapa da lei da gravidade, é o contrário da certeza e da posse*” (BOSI, 2003, p. 14). A atenção “é trabalho”, “pede paciência”; a calma de acolher e assistir ao tempo, à aparição “dos seres todos”. É recuo diante do objeto traduzido na “luta da contemplação contra o consumo” (BOSI, 2003, p. 14).

Weil descreve o método: “não tentar interpretar os fenômenos, mas olhá-los até que jorre a luz. Em geral, método de exercer a inteligência que consiste em olhar. [...] A condição é que a atenção seja um olhar e não um apego” (WEIL, 1950, p. 388). Segundo Bosi (2003, p. 12), é como:

[...] ver uma criança acompanhar dia a dia o crescimento de uma planta em suas pequenas e contínuas mutações; ou o crescimento de um animalzinho. Não para ter noções de botânica ou zoologia, mas para sair de si mesmo, alegrar-se com uma vida que não é a sua. Observando, assim, a criança consegue transcender o ego e procura escutar e ver sinais da natureza e do outro.

Bosi (2003, p. 12) esclarece: “A atenção, neste sentido, traz consigo uma ‘liberdade para o objeto’”, como se ela “cortasse as peias que nos prendem a nós mesmos”. É um sair de si que, pela sua qualidade de doação, se assemelha à prece. Nessa perspectiva, Bosi faz referência a Walter Benjamin (1985, p. 159), que escreveu:

Se Kafka não rezava, o que ignoramos, era capaz ao menos, como faculdade inalienavelmente sua, de praticar o que Malebranche chamava “a prece natural da alma” – a atenção. Como os santos em sua prece, Kafka incluía na sua atenção todas as criaturas.

Weil recomenda que agucemos nossas faculdades para entregar-nos através do “olhar e da escuta ao que é secreto, silencioso, quase invisível”. Aconselha a recuar diante do objeto que perseguimos, pois a atenção se opõe ao desejo classificador: o olhar desapegado não quer se apropriar, rotular, seccionar. Em vez de classificar, “admira as transformações do Uno Todo” (BOSI, 2003, p. 15).

A atenção é a “cura das conversas”, pois:

[...] não é somente coincidência de ideias, ou a justificação do medo, a confirmação de preconceitos em que se abominam as diferenças, o espanto e o conflito: conversas feitas de atenção que são como troca de lugares: fazem trocar de lugar com o interlocutor. Fazem passar para o lugar de outrem como se fosse meu. Fazem perceber o estranho como se fosse

familiar e fazem perceber o familiar como se fosse estranho (GONÇALVES FILHO, 2008, p. 4).

A atenção é também silêncio: “O silêncio que toma a gente nos lugares em que parecemos sentir que tudo tem alma” (GONÇALVES FILHO, 2008, p. 46). “O silêncio que a gente divide com as pessoas muito amadas. O silêncio que dividimos com os amigos mais eleitos. O silêncio dividido também com pessoas que mal conhecemos, mas com quem acontece de cruzar olhos desarmados na cidade”

Os autores descrevem uma experiência difícil de ser definida, mas que aparece como “o que mais devemos aos outros humanos” e que se relaciona integralmente à experiência vivida. É uma amizade “[...] que não depende de intimidade e pode contar em praça aberta, entre cidadãos. [...] É como um deslocamento político: retira a gente dos espetáculos, das imagens prestigiadas, socialmente controladas e que, tão controladas, já não fazem ver mais nada” (GONÇALVES FILHO, 2008, p. 46).

Com “[...] *os de perto e os de longe: uma forma incomparável de respeito. Ninguém é só um: uma pessoa é mais de uma e ligada a outras pessoas, ligada a coisas e lugares, natureza e cidades. A atenção tem gosto em ser cada vez mais devolvida a um, passando por seus outros*” (GONÇALVES FILHO, 2008, p. 46).

Observo agora como uma das questões mais instigantes das práticas de mediação da cultura, escrita ou não, é, justamente, o desenvolvimento de uma espécie de “saber não excludente” – um observar sem pressa –, que parte de situações reais, nas quais a produção coletiva e compartilhada de experiências surgidas de encontros e confrontos entre sujeitos e textos em dado contexto singulariza e marca a diferença no espaço social e, efetivamente, produz a experiência do comum, do partilhado.

Todos – tantos *outros* dentro de nós – são acionados e reaparecem (ou nunca se foram) em cada contexto e situação vivida. As vivências anteriores, a cidade de origem, as férias em família, as memórias são exemplos conhecidos do que reaparece no jogo quando nos deparamos com algo ou alguém conhecido ou novo, diferente, diverso. E, tal como vimos, frequentemente se constituem em importantes âncoras em busca da “terra firme” identitária, da experiência significativa, essencial, surgida nas e das negociações que realizamos.

O *mediador negociador*, nesse sentido, é também autor, intérprete e reinventor da cultura. É um nó essencial das tramas que possibilitam a invenção, a criação e recriação de si

e do outro, quando, através de seu olhar, de sua atenção aos sujeitos e aos recursos que possui, traz informações, transmite, ouve, cria e promove a emergência de novos significados. O mediador negociador abre possibilidades novas de sentidos com sua atuação, seus modos de ser, de se expressar, de se vincular. Os códigos não repousam inertes diante de suas performances.

Nesse sentido, temos procurado estudar dispositivos mediadores que estão atentos, acolhem e projetam os sujeitos que ali convivem. Criam esse *locus* indispensável à atenção ao outro; são instâncias de negociações apontando para resultados que são incógnitas, que não estão controlados e definidos *a priori*, mas que movem sujeitos em processos e interlocuções fundamentais à produção de sentidos para si e para vinculações com o outro.

Que alcance terão tais movimentos é impossível prever.

Os casos estudados até o momento mostram que *a ordem cultural negociada* não está desvinculada da ordem histórica mais geral. O exemplo da bibliotecária dinamarquesa já isso indicava, quando somente agora, mais de vinte anos depois, consigo compreender a extensão da experiência. Os desdobramentos das negociações culturais aí realizadas estão articulados a processos e dinâmicas sociais gerais e imprevisíveis. É impossível saber de antemão os instantes que se eternizarão.

Todavia, não há como deixar de considerar que a lógica da apropriação cultural, ao introduzir a negociação em seu espectro, introduz, também, um sujeito histórico ausente das lógicas que presidiram historicamente a difusão da cultura escrita no país: o protagonista cultural (PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I., 2007). Se entendido segundo a noção grega de herói, distinta da noção forjada pela modernidade de herói isolado ou do *self made man*, o protagonista cultural é aquele – ou aqueles – que emerge, se coloca, aparece, mas não como um sujeito sozinho, fragmentado de sua experiência cultural, de sua memória e saberes de sua cultura, de sua origem. É aquele sujeito que traz consigo a experiência cultural compartilhada, modos de ser e de agir que refletem a diversidade, a diferença, isto é, valores que protegem a sociedade do despotismo da voz única, inequívoca e incontestável, como denuncia Chimamanda Adichie (2012), ao se referir aos “perigos da história única”.

Num contexto como o brasileiro, marcado pela sobreposição de tempos culturais distintos (um passado colonial que se serviu da escrita como recurso de afirmação da superioridade do colonizador e sua cultura sobre as demais, convivendo com um presente que institui o consumo de todas as coisas como categoria mediadora e definidora das identidades

em escala global), vislumbrar horizontes que apontam para protagonistas culturais não é, seguramente, pouca coisa. Poderá indicar mudança paradigmática, ou seja, recusa da ordem cultural outorgada e cristalizada e adoção – e instauração – de uma ordem cultural negociada, processo constante de construção e reconstrução de si e das forças que a constituem e são por ela constituídas.

#### **4 Considerações finais: Caminhos para uma ordem sociocultural negociada**

As experiências vivenciadas, observadas e promovidas nos mostram que não é possível considerar, nem na teoria nem na prática, perspectivas que engessem os ambientes de mediação cultural. Mais do que promover a leitura de um ou de outro livro de literatura, de uma revista ou de uma poesia, a questão fundamental que observamos é se atuamos, ou não, no sentido de promover uma *atitude* cultural afirmativa e significativa dos “leitores” em suas relações com os textos e contextos.

Observamos que os objetos culturais que são incorporados ao acervo incluem produções dos próprios frequentadores dos espaços; obras existentes no mercado, de autores nacionais ou estrangeiros passam a conviver com exemplares de trabalhos elaborados pelas crianças e jovens, do mesmo modo que com as informações que encontram na *web*.

Nessas instituições, estão presentes tanto acervos já reconhecidos da memória universal, quanto os de memória pessoal ou local, construídos por aquela pessoa, aquele grupo ou pela comunidade, Essa atitude podemos apontar, confere uma posição essencial de autoria, ou seja, que negocia posições socialmente cristalizadas entre quem é autor e quem é leitor, avançando, portanto, sobre a ordem cultural r que estabelece e confere posições fixas a cada um, ao mesmo tempo em que permitindo novas representações e possibilidades de construção identitária, negociando, mais uma vez, o que é “acervo”, quem e ou não autor”, categorias essas compreendias agora enquanto um conjunto vivo e dinâmico de informações e significações renováveis, em função das memórias e do “aqui e agora” dos sujeitos em interação. Manifestações, indicações da comunidade em seu todo são incorporadas aos procedimentos de formação dos acervos, num processo de idas e vindas envolvendo os diferentes atores do dispositivo.

Os dispositivos possuem espaço físico flexível, com acesso à variedade informacional (livros, revistas, computadores, jogos, Tv, DVD e os outros materiais), e, é importante notar, se os ambientes permitem liberdade para a escolha e circulação dos leitores, implicam

também a ação de profissionais que se envolvem diretamente no acompanhamento das crianças e jovens nesses percursos. Os mediadores tem um papel ativo na relação com os leitores no que diz respeito ao à organização e manutenção do espaço, tendo em vista mesmo sua apropriação e de seus recursos e sentidos. A negociação significa um papel afirmativo do mediador, assim como dos demais elementos que dela participam. O espontâneo não se confunde nos ambientes referidos com o espontaneísmo, da mesma forma que autoria, participação, protagonismo não se confundem com autoritarismo.

Diante disso, questões importantes se colocam, já que está em causa não apenas mudanças pontuais, mas uma , de mudança de *paradigma*, assentada, entre outras coisas, no reconhecimento de que a cultura escrita é, efetivamente, *uma* e essencial cultura, porém, não é “a” cultura. Daí que sua apropriação se dê de forma dinâmica e está sujeita à experiência de relações socioculturais complexas, envolvendo portanto a tríade formada por leitores, textos e contextos mediadores.

A singularidade articula-se, portanto, à pluralidade, o que é único ao que é múltiplo, o “eu” ao “nós”, numa direção que não é nunca dualista ou linear, mas dinâmica e negociada. Nesse sentido, a negociação é, ela também, uma ruptura epistemológica e paradigmática, rompendo polaridades, oposições, binarismos, fragmentações que marcaram concepções e práticas culturais em todos os seus aspectos, levando-as a impasses que só poderão ser enfrentados com novos saberes e fazeres alinhados, por sua vez, com novos paradigmas histórico-culturais. Como revelam os dispositivos enfocados, a ordem cultural negociada, é, pois, construção aberta promissora de novos tempos e relações, implicando, no entanto, vontades e atitudes igualmente abertas à invenção e reinvenção permanentes de si e do outro, da mesma forma que disponibilidade de vinculação, reconhecimento e partilhamento com o outro.

Mas se a ordem cultural negociada contribui para um certo tipo de “jogo” no tabuleiro de construção das significações, espaço onde as pessoas se tornam protagonistas de suas escolhas, reconhecendo e ampliando seus desejos, interesses e identidades, por outro lado, não é possível ignorar que essa ordem cultural inscreve-se em um quadro histórico amplo e que não é somente “cultural”, mas também político, econômico social.

Nesse sentido, considerar a negociação cultural implica reconhecer, como lembram vários dos autores, as características micro e macro dos espaços onde ocorrem as

negociações, conhecer e reconhecer os negociadores, ou seja, o que está em jogo e implicado na negociação, da mesma forma que também – e necessariamente – compreender as circunstâncias que transcendem os sujeitos, contextos e objetos das “negociações”.

Se os equipamentos culturais já estudados, possuem em comum o fato de negociarem com seus públicos (reais e potenciais) – seja pela ambientação dos dispositivos, a constituição dos acervos e repertórios, os modos e as propostas de atividades, as alterações das programações, os diferentes papéis dos mediadores, dos frequentadores, entre outros aspectos –, é possível notar, contudo, uma diferença importante e substancial e que diz respeito à origem e inserção institucional dos três equipamentos e que definem, sem dúvida, alcances e possibilidades de cada um: um nasceu nos quadros de um projeto de atendimento social, levado a efeito por uma entidade de saúde na cidade de São Paulo; outro surgiu de relações comerciais entre uma fazenda exportadora de café e seu público-alvo no exterior; o terceiro, de um programa de políticas públicas que atua sobre um território, compreendido em suas interconexões sociais, educacionais, econômicas, culturais, políticas, entre outras.

Neste artigo, buscamos apresentar a noção de que o conceito de negociação cultural implica a ruptura de uma visão essencialista de cultura – escrita ou não –, ao mesmo tempo em que a adoção de uma compreensão não fragmentada da ordem social. Nesses termos, cultura, política e sociedade rearticulam-se, embora sigam apresentando lógicas e modos de ser e fazer próprios a cada campo social. Em consequência, o próprio conceito de negociação cultural ganha uma nova conotação: talvez, para ser mais preciso, possa ser denominado de “negociação sociocultural”, indicando avanços nos processos de democratização de nossa sociedade em seus diferentes aspectos: políticos, econômicos, sociais e, evidentemente, culturais.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. **Os perigos da história única**. Disponível em: <[http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html)>. Acesso em 10 agosto de 2017.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: < <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39> >. Acesso em: 10 de julho de 2018

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARKER, R. e ESCARPIT, R., **A forme de ler**. Rio de Janeiro; FGV, 1975.

BOSI, E. A atenção em Simone Weil. **Psicologia USP**, v.14, n.1, p.11-20, 2003. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42388> >. Acesso em 10 de janeiro de 2014

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. Ática, 2007.

BUTLEN, M. **Les politiques de lecture et leurs acteurs, 1980-2000**. Lyon: Institut National de Recherche Pédagogique, 2008.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 2.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CAUNE, J. **La médiation culturelle: une construction du lien social**. 1999a. Disponível em: <<http://lesenjeux.u-grenoble3.fr/2000/Caune/index.php>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Pour une éthique de la médiation - Le sens des pratiques culturelles**. PUG: Presses Universitaires de Grenoble, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Cultura e comunicação: convergências teóricas e lugares de mediação**. BARROS, Laan Mendes de (Trad.). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. (v.1).

CHARTIER, R.; DEL PRIORI, M. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

COHN, G. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.38, Out.1998. Disponível em:

< <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38cohn.pdf> >. Acesso em: 26 de julho de 2018.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1982

\_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GONÇALVES FILHO, José Moura. A letra viva de Ecléa Bosi. **Psicologia USP**, v. 19, n. 1, p. 43-50, 2008.

MORIN, E. Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. **Inovação e interdisciplinaridade na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 22-28, 2007.

MUSSI, J. Z. **O espaço como obra: ações, coletivos artísticos e cidade**. 2014. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-14022013-161737/en.php>> . Acesso em 04 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, A. L. **A negociação cultural: um novo paradigma para a mediação e a apropriação da cultura escrita**. 2014. 249 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-16102014-104805/pt-br.php>. Acesso em 04 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Cultura na Fazenda: um estudo sobre a apropriação da leitura como negociação de sentidos**. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=11&Itemid=76&lang=pt-br&filtro=Cultura%20na%20Fazenda](http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=11&Itemid=76&lang=pt-br&filtro=Cultura%20na%20Fazenda)> . Acesso em: 13 julho 2018.

\_\_\_\_\_. A bibliotecária dinamarquesa e a negociação cultural: novo paradigma para a mediação e apropriação da informação. **Informação@ Profissões**, v. 5, n. 2, p. 143-160, 2017.

PERROTTI, E. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo : Summus, 1990.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. LARA, MLG, FUJINO, A. NORONHA, DP (org.) **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, p. 46-97, 2007.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em Educação**. 2004. 194 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-14032005-144512/pt-br.php>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

SERFATY-GARZON, P. **Dictionnaire critique de l'habitation et du logement**. Paris: Armand Colin, 2003. p.27-30.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos Olhares: Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos**, n. 2, 2012.

SIMMEL, G. **Sociologia: estúdios sobre las forms de socialización**. Madrid: Revista de Occidente, 1977. (v.1).

WEIL, S. A. Racionalização. In: BOSI, E. (Org.). ***Condição Operária e Outros Estudos sobre Opressão***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.